

CNPJ: 04.073.373/0001-43

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
EXERCÍCIO: 2016

Porto Ferreira, 10 de março de 2017.



CNPJ: 04.073.373/0001-43

ASSUNTO: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetida à apreciação desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a prestação de contas do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA (PORTOPREV) relativo ao exercício financeiro 2016.

Os resultados dos documentos relacionados, com suas peças analíticas complementares objetivam oferecer condições para ampla visão da situação econômico-financeira que, de modo geral, reflete toda a ação administrativa deste RPPS.

A execução orçamentária foi realizada em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE DOS ORÇAMENTOS E BALANÇOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL, conforme pode ser observado nas peças contábeis que acompanham a presente prestação de contas.

Assim sendo, passamos a análise do Balanço Geral do Exercício de 2016, em seus aspectos orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial, bem como as principais atividades do fundo no exercício em tela.



B



CNPJ: 04.073.373/0001-43

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 3.222/2015 de 17/12/2015, que aprovou o orçamento do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA (PORTOPREV) para o exercício que se examina, estimou a RECEITA TOTAL em R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) e fixou a DESPESA TOTAL na importância de R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil de reais).

1. RECEITA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A receita orçamentária efetivamente arrecadada foi da ordem de R\$ 20.514.357,35 (vinte milhões, quinhentos e quatorze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e trinta e cinco centavos), Verificou-se, pois, uma arrecadação a maior de R\$ 2.514.357,35 (Dois milhões, quinhentos e quatorze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e trinta e cinco centavos), aqui esta implantando a nova metodologia do TCE para aplicações financeiras com reconhecimento de receita orçamentária somente no momento do resgate.

2. DESPESA

EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA

A execução orçamentária da despesa foi da ordem de R\$ 12.428.143,96 (doze milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, cento e quarenta e reais e noventa e seis centavos). Houve uma economia de dotação orçamentária no valor de R\$ 1.948.929,97 (hum milhão, novecentos e quarenta e oito mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos).

O movimento da despesa assim se resume:

FIXADA/ADICIONAL	EXECUTADA	DIFERENÇA
R\$ 14.377.073,93	R\$ 12.428.143,96	R\$ 1.948.929,97

Em melhor explicação, assim se apresenta:

(+) Despesa FixadaR\$	13.500.000,00
(+) Aumento por créditos adicionaisR\$	877.073,93

*



CNPJ: 04.073.373/0001-43

(=) SOMAR\$	14.377.073,93
(-) Redução para créditos adicionaisR\$	0,00
(=) Soma da Despesa AutorizadaR\$	14.377.073,93
(-) Despesa executada R\$	12.428.143,96
(=) ECONOMIA DE DOTAÇÕESR\$	1.948.929,97

3. RESULTADO DA EXECUÇÃO

Resumindo-se a execução orçamentária, como abaixo, vamos verificar que o exercício ora examinado apresentou um superávit orçamentário da ordem de R\$ 8.086.213,39 (Oito milhões, oitenta e seis mil, duzentos e treze reais e trinta e nove centavos).

ARRECADAÇÃO DA RECEITA:

Para mais (orçado)R\$	4.500.000,00
(+) Efetivamente arrecadadoR\$	2.514.357,35
(+) Economia de dotaçõesR\$	1.948.929,97
(=) SaldoR\$	8.963.287,32
(-) Créditos adicionais abertos, sem a conseqüente redução	
ou anulação de dotações orçamentárias R\$	877.073,93
(=) SUPERÁVITR\$	8.086.213,39







CNPJ: 04.073.373/0001-43

II. BALANÇO FINANCEIRO

As Aplicações financeiras acrescidas de Caixa e Bancos, incluído o ajuste para perdas em investimentos, em decorrência da gestão financeira do exercício passaram a ser de R\$ 120.286.255,25 (cento e vinte milhões, duzentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte cinco centavos centavos), que se demonstra a seguir:

(+) Saldo no início do exercícioR\$	107.705.027,75
(+) Receita OrçamentáriaR\$	20.514.357,35
(+) Receita Extra-orçamentáriaR\$	1.987.066,66
(+) Outras Movimentações Anexo AR\$	148.886.318,34
(=) SomaR\$	279.092.770,10
(-) Despesa OrçamentáriaR\$	12.428.143,96
(-) Despesa Extra-orçamentáriaR\$	1.987.066,66
(-) Outras Movimentações Anexo AR\$	144.391.304,23
(=) Saldo Disponível em 31/12/2015R\$	120.286.255,25

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Econômico)

O exercício encerrou-se com um passivo liquido negativo no importe de R\$ 3.461.898,67 (três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), resultado de demonstrações do passivo, resultantes da observância, e das variações das necessidades de provisões matemáticas, contidas em avaliação atuarial, onde também podemos observar um superávit no exercício findo no valor de R\$ 353.505,38 (Trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinco reais e trinta e oito centavos).



1. VARIAÇÕES ATIVAS:

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(+) Receita OrçamentáriaR\$	19.293.082,02
(+) Interferências AtivasR\$	0,00
(+) Mutações PatrimoniaisR\$	7.989,00
(=) SomaR\$	19.301.071,02



CNPJ: 04.073.373/0001-43

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
(+) Variações EconômicasR\$	18.722.440,09
(+) Outras Variações Patrimoniais AumentativasR\$	113.796.317,39
(=) Total das Variações AtivasR\$	151.819.828,50
(+) Déficit VerificadoR\$	
(=) Total GeralR\$	151.819.828,50
2. VARIAÇÕES PASSIVAS:	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
(+) Despesa OrçamentáriaR\$	12.432.253,40
(+) Mutações PatrimoniaisR\$	
(=) SomaR\$	12.432.253,40
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
(+) Variações Econômicas(Redução a Valor Recuperável) R\$	15.500.000,00
(+) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas R\$	123.534.069,72
(=) Total das Variações PassivasR\$	151.466.323,12
(+) Superávit VerificadoR\$	353.505,38
(=) Total GeralR\$	151.819.828,50







CNPJ: 04.073.373/0001-43

III. BALANÇO PATRIMONIAL

Este balanço foi elaborado em obediência às normas legais e, em especial, às estabelecidas na Lei nº 4.320/64, compreendendo ATIVO e PASSIVO. Para melhor esclarecimento dos elementos que compõem este balanço devemos examinar o anexo, que integra esta peça.

1. ATIVO

a) ATIVO FINANCEIRO

Este grupo representa os créditos e valores cuja movimentação independente de autorização orçamentária, inclusive os valores numerários.

□ DISPONÍVEL

Representa este subgrupo o montante das disponibilidades em poder da Tesouraria, ou em forma de depósitos em bancos, de livre movimentação, como também, as contas especiais, as quais para serem movimentadas obedecem a disposições legais, regulamentos ou contratos. Aqui, encontramos os saldos de:

Caixa		R\$	0,00
Bancos c/ movimento		R\$	9.267,62
Bancos c/ especial		R\$	0,00
Bancos c/ aplicações		R\$	120.276.987,63
(-) ajuste de perdas em inve	stimentos	R\$	-8.500.000,00
Total Disponível		R\$	111.786.255,25



□ REALIZÁVEL

Representa este subgrupo, os valores financeiros em poder de terceiros e outros direitos junto a pessoal ou entidades devedoras (ANEXO 14), individualizando, encontramos os seguintes saldos:

Créditos a receberR\$	5.352.600,55
Devedores (Entidades e Agentes)R\$	13.004,46
Total RealizávelR\$	5.365.605,01

b) ATIVO PERMANENTE



CNPJ: 04.073.373/0001-43

Este grupo representa os bens, créditos e valores que, para serem movimentados ou alienados, dependem de autorização legislativa.

Neste grupo encontramos o seguinte saldo das contas concernentes a saber:

Bens MóveisR\$	46.336,94
Bens ImóveisR\$	0,00
Bens de natureza IndustrialR\$	0,00
CréditosR\$	0,00
ValoresR\$	0,00
DiversosR\$	0,00
Total Ativo PermanenteR\$	46.336,94
Soma do Ativo Real Líquido (a+b)R\$	117.198.197,20

c) ATIVO COMPENSADO

Representa este grupo os registros de bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio. Desdobrados as contas, encontramos os seguintes saldos:

Valores em Poder de Terceiros	R\$	0,00
Valores de Terceiros	R\$	0,00
Direitos e obrigações contratuais (com terceiros)	R\$	0,00
Diversos	R\$	0,00
Total Ativo Compensado	R\$	0.00

2. PASSIVO

a) PASSIVO FINANCEIRO

Este grupo representa os compromissos exigíveis em curto prazo de débitos de natureza financeira cuja movimentação independe de autorização orçamentária. Suas contas demonstram os seguintes saldos:

Restos a pagarR\$	0,00
DepósitosR\$	0,00
Antecipação da ReceitaR\$	0,00
Consignações R\$	0,00





CNPJ: 04.073.373/0001-43

Credores Diversos	R\$	0,00
Total Passivo Financeiro	R\$	0,00

b) PASSIVO PERMANENTE

Representa este grupo às dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa tanto para a formação ou constituição para seu resgate.

Representa, também, a demonstração dos valores passivos das entidades autárquicas (soma do Passivo Real) da Administração indireta, incorporada ao Balanço Geral do Município por força da lei.

Dívida Fundada InternaR\$	0,00
Confissão de DívidasR\$	0,00
Provisões a Longo PrazoR\$	120.660.095,87
Soma do Passivo RealR\$	120.660.095,87

c) PASSIVO COMPENSADO

Representam este grupo os registros das contrapartidas das contas correspondentes ao ativo compensado, na importância de R\$ 0,00.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

É o resultado do Balanço Patrimonial e este apresenta um passivo real e descoberto no importe de R\$ 3.461.898,67 (três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais, sessenta e sete centavos centavos).







CNPJ: 04.073.373/0001-43

IV. APLICAÇÕES X META ATUARIAL

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA (PORTOPREV) procurou manter no exercício de 2016 uma estratégia de aplicações, visando atingir sua meta atuarial. Contudo, a grande dificuldade no exercício em questão foi a falta de credibilidade dos agentes financeiros a política econômica do governo federal, bem como as dificuldades imposta pelo mercado externo, impôs uma dificuldade extra à diretoria executiva, que ficou impedida de realizar algumas mudanças no perfil de investimentos, desta forma procuramos realizar pequenas alterações em nossa carteira sempre preocupados com a grande volatilidade do mercado, onde procuramos manter as aplicações em papeis onde a volatilidade não representassem grandes perdas, em relação à meta atuarial. O retorno esperado de IPCA + 6% no exercício de 2016 ficou em 12,64% (doze pontos e sessenta e quatro décimos percentuais) não sendo alcançado, dada à pressão inflacionária que fechou o ano em 6,29%, (seis pontos e vinte e nove décimos percentuais) acima da meta de 4,50% perseguida pelo governo federal e esperada pelo mercado.

O retorno verificado no exercício de 2016 foi de 6,90% (seis pontos percentuais e noventa décimos).

Tal performance se deve ao fato das aplicações em fundos de creditos privados que já no exercício de 2016, rentabilizarem negativamente devido ao reflexo do provisíonamento para devedores duvidosos, bem como o mercado de capitais de nosso país que ainda não melhorou suas condições de confiabilidade para que as aplicações dos mercados internacionais voltem a depositar confiança na melhora da economia Brasileira. Aqui também destacamos a grande turbulência enfrentada pela mercado financeiro, em relação aos atos do governo, principalmente pela impossibilidade de implantação imediata de um ajuste fiscal, e por consequência as demonstrações de intranquilidade apresentada até abril de 2016 pela falta clara de uma equipe econômica capaz de ancorar as expectativas do mercado.

Já a partir de maio de 2016 o mercado de capitais nacional com a mudança no governo federal fez-se acreditar que seria possível gerir uma política econômica capaz de representar segurança a seus agentes, mostrou-se acreditar na possibilidade

*



CNPJ: 04.073.373/0001-43

de uma política fiscal austera, com o governo federal gastando menos do que se arrecada para gerar superávit, provocando desta forma pequenas oscilações na renda fixa, principalmente nos títulos do governo federal, o que mostra pequenos reflexos desinflacionários, principalmente na área de serviços, bem como pelo enorme déficit apresentado pela nova equipe econômica.

Ocorre que em meados deste ano o afastamento da presidente, a a chegada de uma nova equipe econômica, fez com que os agentes econômicos dessem uma voto de confiança ao governo federal no sentido da implementação de uma matriz econômica capaz de alterar o quadro desastroso existente até aquele momento.

Estamos sempre prezando pela regularidade dos fundos em relação à Resolução vigente do Conselho Valores Mobiliários (CVM) n.º 3922/2010, pela composição dos fundos, pela análise dos títulos que compõe os fundos dos quais fazemos parte, bem como analisando os cenários econômicos e projeções de mercado para o decorrer do exercício, objetivando as práticas mais conservadoras para a obtenção dos resultados sólidos e de qualidade com as estratégias de nossas aplicações.

Não obstante as manifestações acima o Instituto iniciou o exercício de 2016 com o valor de R\$ 107.705.027,75 entre suas aplicações e caixa bancos e encerrou o exercício com o saldo de R\$ 120.286.255,25 entre suas aplicações e caixa bancos, com um ajuste para perdas em investimentos no importe de R\$ 8.500.000,00, desta feita entendemos que houve um saldo patrimonial positivo no importe de 12.581.227,50 numa variação percentual de 11,68%, correspondente as receitas de contribuições, parcelamentos, estes pagos em dia pelo seus patrocinadores (câmara, agencia reguladora, instituto) e de suas aplicações financeiras, o resultado do Instituto poderia ter sido melhor se o ente Prefeitura tivesse realizado o pagamento das contribuições patronais em dia.





CNPJ: 04.073.373/0001-43

V. ATIVIDADES PRINCIPAIS

No aspecto atuarial informamos que as medidas indicadas no parecer para redução do déficit atuarial foram implementadas por este instituto, uma vez que a Câmara Municipal aprovou a Lei Complementar nº 142, de 17 de dezembro de 2014, que alterou a Lei Complementar 130 de 10 de outubro de 2012, onde os patrocinadores contribuem com a alíquota patronal suplementar conforme as alíquotas determinadas na referida Lei

Foram ainda concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social, no período de 01/01/2016 a 31/12/2016, 35 aposentadorias e 07 pensões devidamente informadas eletronicamente ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por meio do software SISCAA.

Em relação ao AUDESP estamos cumprindo todas as obrigações, temos acompanhado as publicações e todos os comunicados do TCE, realizando mensalmente o envio das conciliações bancarias, do cadastro mensal geral de entidades, do cadastro e movimento do fundos de investimentos, dos balancetes isolados e prestado todas as informações solicitadas pelo órgão fiscalizador.

Em nossa pagina do Portoprev na internet, buscamos publicar todas as informações referente aos balancetes, as nossas aplicações financeiras e o portal da transparência, buscamos dar transparência a todos os atos praticados e sem perder a eficiência de nossas atividades buscamos e alcançamos economia na taxa de administração, assim como buscamos a aperfeiçoamento de todos os servidores que prestam relevantes serviços no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal e na Diretoria Executiva.

X

No tocante a compensação previdenciária, no exercício de 2016, tivemos a liberação por parte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dos valores correspondentes a 149 processos de aposentadoria encaminhados para análise, correspondendo



CNPJ: 04.073.373/0001-43

ao pagamento por parte do RGPS ao RPPS no importe de R\$ 2.579.156,16 (Dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos), e realizamos o pagamento ao INSS do valor de R\$ 3.355,04 (três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos) referente a concessão por parte do Instituto de 03 aposentadorias, resultando num crédito a favor do Instituto no importe de R\$ 2.575.801,12 (dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e um reais e doze centavos) o convênio está vigente e em plena operação por este RPPS, e toda compensação é realizada pela Diretoria Executiva do Instituto

Realizamos no período de 01 de julho de 2016 a 31/07/2016 o recadastramento anual obrigatório de todos os servidores inativos e pensionistas deste RPPS. Como resultado efetivo deste recadastramento, tivemos a atualização dos dados cadastrais dos mesmos e afastamos a possibilidade de fraude, uma vez que todos os beneficiários foram encontrados.

Destacamos aqui que realizamos o recadastramento de todos os servidores ativos dos entes pertencentes ao RPPS, o que faz com que nosso calculo atuarial apresenta a real necessidade frente aos compromissos futuros do Instituto, onde podemos salientar que mantém-se a legislação que criou o alíquota suplementar.

Procuramos no presente relatório, retratar os principais aspectos da gestão do exercício ora encerrado com clareza e objetividade, pondo-se a disposição desse Egrégio Tribunal de Contas para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Apresentamos a Vossa Excelência os protestos de nosso

respeito e consideração.

ULISSES ZINNI VICENTINE
SUPERINTENDENTE